

CONCURSO PÚBLICO N.º 09/DGRDN/2023

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO
"NATO PROJECT 3AF08003 - PROVIDE ON-BASE INTERCONNECTING
PIPELINE – BEJA AIRBASE"**

ÍNDICE

ARTIGO 1.º IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO	2
ARTIGO 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	2
ARTIGO 3.º TRAMITAÇÃO DO CONCURSO E CONSULTA DAS PEÇAS	2
ARTIGO 4.º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	3
ARTIGO 5.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	3
ARTIGO 6.º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	3
ARTIGO 7.º IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA	4
ARTIGO 8.º PROPOSTAS VARIANTES	4
ARTIGO 9.º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	4
ARTIGO 10.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	4
ARTIGO 11.º RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL	7
ARTIGO 12.º NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
ARTIGO 13.º VALOR E MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	9
ARTIGO 14.º POSSIBILIDADE DE RECURSO AO AJUSTE DIRETO	9
ARTIGO 15.º CONTAGEM DE PRAZOS	9
ARTIGO 16.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	10

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de serviços de elaboração do projeto de execução para o **"NATO PROJECT 3AF08003 - PROVIDE ON-BASE INTERCONNECTING PIPELINE – BEJA AIRBASE"**, nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos.
2. É adotado o **Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE)**, ao abrigo da alínea a) do artigo 20.º, o qual é regulado pelos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (abreviadamente designado CCP).

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

1. A entidade adjudicante é o Estado Português/Ministério da Defesa Nacional (EP/MDN), através da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, com o NIPC 600086640, sita na Av. Ilha da Madeira, n.º 1, 2.º/4.º pisos, Código Postal 1400-204 Lisboa, com o telefone +351213028 ; Fax + 351 213 027 221 e endereço eletrónico dgrdn@defesa.pt.
2. A decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa foram tomadas por Despacho de 26 de maio de 2023 do Diretor-geral de Recursos da Defesa Nacional, ao abrigo das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 7452/2022, da Ministra da Defesa Nacional, publicado no Diário da República n.º 114/2022, Série II de 14 de junho de 2022.

ARTIGO 3.º

TRAMITAÇÃO DO CONCURSO E CONSULTA DAS PEÇAS

1. As peças do presente do concurso – Anúncio, Programa do Concurso e Caderno de Encargos, e respetivos anexos, - são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>.
2. Todos os pedidos de esclarecimento, requerimentos, comunicações, notificações e demais atos a praticar no âmbito do presente concurso, são efetuados através da referida plataforma eletrónica.
3. Todos os documentos carregados nas plataformas eletrónicas deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da lei aplicável.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
5. Caso os interessados tenham dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos manuais técnicos ou dos contactos disponibilizados para esse efeito em <https://www.acingov.pt/>.

ARTIGO 4.º

ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O Procedimento é conduzido por um júri com as competências previstas na lei, designadamente nos artigos 69.º e 72.º do CCP, sendo ainda competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, nos termos previstos no n.º 1 e na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

ARTIGO 5.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. As propostas são apresentadas diretamente na plataforma eletrónica até ao 30º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.
 2. As propostas apresentadas depois de expirado o prazo referido no número um não serão aceites, sendo os concorrentes os únicos responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.
-

ARTIGO 6.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é obrigatoriamente constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Declaração** de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, de acordo com o modelo em **Anexo A** ao presente programa (Anexo I ao CCP);
 - b) **Documento** onde conste a indicação do preço contratual, apresentado de acordo com o modelo de proposta em **Anexo B**;
 - c) **Plano de pagamentos**, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos;
 - d) **Programa de realização da prestação de serviços e seu faseamento**, com indicação clara do prazo de realização das diversas etapas, incluindo descrição pormenorizada e cronograma detalhado, por semana e por atividade, das tarefas a desenvolver, incluindo trabalhos auxiliares, e compatibilizando as intervenções dos diferentes técnicos das diversas especialidades. Este programa deve identificar o caminho crítico do desenvolvimento da prestação de serviços e a estratégia para o seu cumprimento;
 - e) **Memória descritiva e justificativa** que apresente a metodologia a adotar na elaboração do projeto, em função da sua especificidade, evidenciando o modo de organização da prestação de serviços, bem como dos critérios de conceção e dimensionamento que o adjudicatário se disponibiliza adotar;
 - f) **Constituição da equipa técnica** com a identificação nominal do coordenador do projeto, e dos técnicos responsáveis pela elaboração dos estudos e projetos descritos no ponto 10 do Programa Preliminar do CE, incluindo:
 - i. Organograma da equipa técnica;

- ii. Descrição sucinta das funções e competências de cada elemento da equipa, nomeadamente, as habilitações atribuídas pelas respetivas ordens profissionais relativas aos projetos que subescrevem.
 - iii. Curriculum vitae resumido de cada elemento da equipa técnica (máximo de três páginas).
2. Os documentos da proposta são assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, devendo a mesma vir acompanhada de documento que comprove os poderes de representação de quem assina a proposta, designadamente certidão de registo comercial atualizada, com todas as inscrições em vigor, podendo o concorrente, em alternativa, disponibilizar o código de acesso à certidão permanente.
 3. No caso de proposta apresentada por agrupamento concorrente, a mesma deve ser assinada por todos os seus membros ou, pelo representante comum devendo neste caso ser juntos os respetivos instrumentos de mandato.

ARTIGO 7.º

IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. A documentação de natureza técnica, tais como, catálogos, certificados, referências, manuais e documentos similares, podem ser apresentados em língua inglesa.

ARTIGO 8.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 9.º

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 10.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A avaliação das propostas e respetiva ordenação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **multifator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelos fatores e subfactores, correspondentes aos diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.
2. O modelo de avaliação das propostas é elaborado nos termos do artigo 139.º do CCP, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 115.º do CCP, cujos fatores que densificam o critério de

adjudicação e o critério de desempate em função dos objetivos e das necessidades da entidade adjudicante, são os seguintes:

Ordem Decrescente	Fatores	Ponderação
1	Qualidade da metodologia de trabalho proposta (QMT)	20%
2	Qualidade da organização da equipa técnica afeta (QOE)	10%
3	Honorários (H)	70%

3. A avaliação de cada fator será efetuada da seguinte forma:

- a) A atribuição da pontuação ao fator 1 - “Qualidade da metodologia de trabalho proposta (QMT)” efetuar-se-á com a atribuição da pontuação de 0% a 100%, em função da metodologia descrita a empregar na elaboração do projeto e dos trabalhos auxiliares, do modo de organização da prestação de serviços, e do planeamento proposto com demonstração de exequibilidade, assumindo particular destaque a identificação do caminho crítico do desenvolvimento da prestação de serviços, bem como a metodologia apontada para o seu cumprimento. A pontuação será atribuída da seguinte forma:

Nível	Pontuação	Situação Padrão
Muito bom	100%	Apresenta de forma exaustiva, adequada e integrada as necessidades, métodos utilizados, planeamento proposto e sua exequibilidade, dando cumprimento integral ao exigido.
Bom	80%	Apresenta a descrição da metodologia a aplicar para realização do trabalho de forma clara e objetiva, ainda que não evidenciando o modo de organização, interligando com o planeamento proposto de forma adequada, mas sem identificação do caminho crítico e possibilidade de cumprimento.
Suficiente	60%	Apresenta os aspetos mais importantes da metodologia a aplicar, mas com argumentação e interligação não totalmente explícita ou evidente no planeamento proposto.
Insuficiente	20%	Difícilmente compatível ou adequada quanto aos objetivos, não totalmente/claramente fundamentada.
Inexistente	0%	Omissa ou sem apresentação de qualquer resposta compatível com o exigido.

- b) A atribuição da pontuação ao fator 2- “Qualidade da organização da equipa técnica afeta à prestação de serviços (QOE)” efetuar-se-á com a atribuição da pontuação de 0% a 100% pontos, em função da organização e adequação da equipa técnica afeta à prestação de serviços, dos tempos de afetação dos seus membros. A pontuação será atribuída da seguinte forma:

Nível	Pontuação	Situação Padrão
Muito bom	100%	Apresenta de forma exaustiva a constituição da equipa projetista com tempos de afetação, claros e objetivos, e com interligação adequada e precisa entre os elementos da equipa técnica afetos e os respetivos tempo de afetação.
Bom	80%	Apresenta de uma forma clara e objetiva a constituição da equipa projetista, com interligação adequada entre os elementos da equipa técnica afetos e os respetivos tempo de afetação.
Suficiente	60%	Apresenta de uma forma clara a constituição da equipa projetista mencionando de forma genérica a afetação dos seus elementos.
Insuficiente	20%	Apresenta de uma forma genérica a constituição da equipa projetista, sem afetação específica.
Inexistente	0%	Omissa ou sem atribuição específica dos elementos da equipa.

- c) A atribuição da pontuação ao fator 3- “Honorários (H)” efetuar-se-á com a atribuição da pontuação de 0% a 100%, de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$H = 100 * \left(1 - \left(\frac{C}{PB} \right)^6 \right) \quad [\%]$$

Em que:

Preço Base (PB) - é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação do serviço a que se refere o presente procedimento;

Preço Proposto (C) - corresponde ao valor da proposta apresentada pelo concorrente.

Da aplicação da fórmula supra indicada, não poderá resultar a atribuição de uma percentagem superior a 50%.

- d) A pontuação final (PF) de cada proposta deve ser resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada fator, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação, sendo aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = QMT \times 0,20 + QOE \times 0,10 + H \times 0,70 \quad [\%]$$

4. Em caso de empate, o critério de desempate será o da proposta que tiver obtido maior pontuação nos fatores a seguir indicados, aplicados, em caso de persistência do empate, sucessivamente pela ordem em que se encontram aqui indicados:
 - a) Melhor classificação no fator 3 (Honorários);
 - b) Melhor classificação no fator 2 (Qualidade da organização da equipa técnica afeta);
 - c) Melhor classificação no fator 1 (Qualidade da metodologia de trabalho proposta).
-

ARTIGO 11.º

RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas, bem como a exclusão das propostas caso ocorra qualquer um dos motivos de exclusão previstos na lei.
 2. O relatório preliminar é enviado pelo júri a todos os concorrentes, o qual fixará um prazo não inferior a cinco dias (úteis), para que se pronunciem por escrito ao abrigo do direito de audiência.
 3. Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer um dos motivos previstos na lei.
 4. No caso da alteração do teor ou conclusões do relatório preliminar ou de alteração da ordenação dos concorrentes, o júri procede a nova audiência prévia.
-

ARTIGO 12.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para, no prazo de 10 dias úteis:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP e em conformidade com o disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, designadamente:
 - i. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo C** ao presente programa (Anexo II ao CCP);
 - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 artigo 55.º do CCP:
 - Declarações da situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que o concorrente seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- Certificado(s) do registo criminal do adjudicatário (pessoa singular ou coletiva) e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência; e
 - Certidão do registo comercial atualizada, que contenha indicação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
- iii. Declaração da ordem profissional que ateste as competências do coordenador do projeto para a condenação de projetos de obras de categoria III ou superior;
 - iv. Declaração da ordem profissional que ateste as competências do projetista das Instalações, equipamentos e sistemas mecânicos de armazenamento de produtos de petróleo e de oleodutos de transporte de hidrocarbonetos líquidos, e instalações, equipamentos e sistemas de proteção catódica, para a elaboração de projeto de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, concretamente, a declaração da Ordem dos Engenheiros ou da Ordem dos Engenheiros Técnicos designada por “Projeto e exploração de grandes instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis”;
 - v. Declaração da ordem profissional que ateste as competências dos restantes técnicos da equipa projetista para a elaboração dos estudos e projetos que subscrevem, para obras de categoria II ou superior.
- b) Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, ou declaração através da qual um terceiro se comprometa, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações constantes do respetivo documento de habilitação;
 - c) Confirmar, se for o caso, a constituição de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, mediante a apresentação do respetivo contrato de consórcio, com indicação do chefe do consórcio e a especificação dos poderes que lhe são conferidos, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho;
 - d) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;
 - e) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato, considerando-se a mesma aceite pelo adjudicatário quando não haja reclamação no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da notificação.
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do convite ou do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
 3. Em alternativa à apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário poderá indicar o(s) sítio(s) onde tais documentos se encontram disponíveis para consulta, disponibilizando a informação necessária para o efeito.

4. Os documentos de habilitação são redigidos em língua portuguesa; quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Sempre que ocorra um facto que, nos termos da lei, possa determinar a caducidade da adjudicação, nomeadamente falta de apresentação ou irregularidades nos documentos de habilitação, o adjudicatário será notificado para se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre o facto ocorrido, em prazo a fixar pelo órgão competente para a decisão de contratar não superior a 5 dias (úteis).
6. Quando a falta ou a irregularidade se verifique por facto não imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta ou para o suprimento da irregularidade, de 5 dias (úteis) a contar da data da respetiva notificação, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 13.º **VALOR E MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO**

1. O adjudicatário fica obrigado à prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, pelo valor correspondente a 5% do preço contratual.
2. A caução é prestada sob a forma de garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o modelo em **Anexo D** ao presente programa.

ARTIGO 14.º **POSSIBILIDADE DE RECURSO AO AJUSTE DIRETO**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º ou da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, consoante o aplicável, a entidade adjudicante reserva-se o direito de vir a adotar o ajuste direto para a contratação de novas obras ou de novos serviços que consistam na repetição de obras ou de serviços similares aos que constem do contrato a celebrar na sequência do presente concurso.

ARTIGO 15.º **CONTAGEM DE PRAZOS**

1. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos ou feriados; os restantes prazos do concurso são fixados em dias úteis.
2. Não se conta o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr, considerando-se que o prazo expira às 23:59:59 do dia em que o mesmo termina; a hora relevante para o efeito é a hora local – hora de Lisboa, Portugal.

ARTIGO 16.º
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente concurso rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atualmente em vigor, e demais legislação aplicável, bem como pelas regras constantes do presente programa de concurso e das restantes peças do procedimento.

ANEXO A

MODELO DE DECLARAÇÃO

*[a que se refere a **alínea a)** do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, do CCP, conforme aplicável]*

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) **se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos**, relativamente ao qual **declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas**.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes **documentos**, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que **renuncia a foro especial** e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que **não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º** do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a **prestação de falsas declarações** implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui **contraordenação muito grave**, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a **apresentar os documentos comprovativos** de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a **não apresentação dos documentos** solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui **contraordenação muito grave**, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura(4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal, sede e número de matrícula no registo comercial ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal, sedes e números de matrícula no registo comercial), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), obriga-se a executar todas as prestações objeto do contrato, em conformidade com o referido caderno de encargos, pelo preço de €, euros. ⁽²⁾

À quantia supra mencionada acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal de ____% no valor de €

... (local),... (data),... [assinatura] ⁽³⁾

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) Indicar valor em expressão numérica e por extenso. Valor sem IVA.
- (3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO C MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), **declara, sob compromisso de honra**, que a sua representada (2) **não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.**

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os **documentos comprovativos** de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a **prestação de falsas declarações** implica a caducidade da adjudicação e constitui **contraordenação muito grave**, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura(5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO D

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO-CAUÇÃO PARA GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

GARANTIA BANCÁRIA N.º _____ OU SEGURO CAUÇÃO - APÓLICE N.º _____

Em nome e a pedido de [identificação completa do adjudicatário], vem o(a) [identificação completa da instituição garante], pelo presente documento, prestar a favor de [identificação completa da entidade beneficiária], uma garantia bancária/seguro caução [eliminar o que não interessa], até ao montante de [indicar o valor numérico e por extenso] destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do [indicar a designação do procedimento], relativo à adjudicação correspondente a [indicar o objeto da adjudicação e respetivo lote], nos termos e para os efeitos previstos nos n.os [tratando-se de “garantia bancária” devem indicar os n.ºs 6 e 8] do artigo n.º 90 do CCP.

A presente garantia corresponde a 5 % do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/ companhia de seguros [eliminar o que não interessa], garante, mo caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (local),... (data),... [assinatura(5)].